



OFICINAS PEDAGÓGICAS NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DO PIBID

PEDAGOGICAL WORKSHOPS IN AFRO-BRAZILIAN HISTORY AND CULTURE EDUCATION: CONTRIBUTIONS FROM PIBID

MARQUES, Luiz Felipe¹
STENTZLER, Márcia Marlene²

RESUMO

Analizamos a formação inicial do licenciando em história e cultura afro-brasileira no Ensino Fundamental e Médio por meio de oficinas realizadas pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), para a formação de professores para a educação básica. Nossas fontes são documentos, relatórios e registros de atividades didáticas do subprojeto de História da Universidade Estadual do Paraná (Unespar), *campus* de Paranavaí (2015 - 2018). As oficinas foram pautadas na temática da cultura afro-brasileira e africana, Lei nº 10.639/03 e desenvolvidas em cinco escolas estaduais de Paranavaí (PR). Temos como base teórica Anastasiou e Alves (2009), Castilhos (2019), Le Goff (1990; 2003), Silva (2010), Thompson (1981; 1987), LDB/1996. Os resultados indicam oficinas com potencial para ressignificação didático-metodológica para o ensino de história e da cultura afro-brasileira³ no Ensino Fundamental e Médio.

PALAVRAS-CHAVE: PIBID; Oficinas Pedagógicas; Ensino Fundamental e Médio; Ensino de História; Cultura afro-brasileira.

ABSTRACT

We analyzed the initial formation of the undergraduate student in Afro-Brazilian history and culture in elementary and high school through workshops conducted by the Institutional Program for Teaching Initiation Scholarships (PIBID), for the training of teachers for basic education. Our sources are documents, reports and records of didactic activities of the History subproject of the State University of Paraná (Unespar), Paranavaí campus (2015 - 2018). The workshops were based on the theme of Afro-Brazilian and African culture, Law nº 10.639/03 and developed in five state schools in Paranavaí (PR). We have as theoretical base

¹ Mestrando em Ensino: Formação Docente Interdisciplinar pela Universidade Estadual do Paraná - Campus de Paranavaí. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Paraná, PR, Brasil. e-mail: luizfelipe-12360@hotmail.com

² Doutora em Educação pela UFPR. Docente Adjunta no Curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Paraná. Docente no Mestrado em Ensino: formação docente interdisciplinar (PPIFOR). Paraná, PR, Brasil. e-mail: mmstentzler@gmail.com

³ Este estudo faz parte de pesquisa de mestrado sob registro no Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade, CAAE nº 20183319.1.0000.9247.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46577

Anastasiou and Alves (2009), Castilhos (2019), Le Goff (1990; 2003), Silva (2010), Thompson (1981; 1987), LDB/1996. The results indicate workshops with potential for didactic-methodological resignification for teaching Afro-Brazilian history and culture in elementary and high school.

KEYWORDS: PIBID; Pedagogical Workshops; Elementary and high school; History teaching; Afro-brazilian culture.

INTRODUÇÃO

As políticas de formação docente entraram em efervescência no Brasil na primeira década do século XXI devido à demanda do governo federal em desenvolver ações que promovessem um *upgrade* na qualidade de ensino da educação básica e nos cursos de licenciatura. No ano de 2007, por intermédio do Decreto nº 6.094 de 24 de abril, o Ministério da Educação (MEC) lançou o Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação (BRASIL, 2007a) e mais tarde o Plano de Desenvolvimento da Educação, PDE, (BRASIL, 2007b) objetivando a implementação de ações e programas que se alinhassem às metas previstas no Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001). Na sequência, o governo designou a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴ como agência responsável pelo financiamento de ações referentes à formação de professores da educação básica. Em seguida, dando continuidade à proposta, foi publicado o Decreto nº 6755 de 29 de janeiro de 2009, criando a *Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica*, tendo, a CAPES, a função de incentivar e fomentar programas de qualificação e valorização da docência na formação inicial e continuada⁵ (BRASIL, 2009a).

O PIBID foi lançado no ano de 2007 quando o professor Dr. Fernando Haddad (2005-2012) era Ministro da Educação e Luiz Inácio Lula da Silva exercia o seu segundo mandato presidencial (2007-2010). O primeiro edital da CAPES, lançado em dezembro de 2007, foi direcionado às Universidades Federais objetivando dar início ao processo “[...] de fomento à iniciação à docência de estudantes das instituições federais de educação superior e preparar a formação docente em nível superior, em curso de licenciatura presencial plena, para atuar na educação básica pública.” (BRASIL, 2007d). Todavia, as instituições estaduais somente foram contempladas

4 A Lei nº 11.502 de 11 de julho de 2007 modificou “as competências e a estrutura organizacional da fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, de que trata a Lei nº 8.405, de 9 de janeiro de 1992; e altera as Leis nº 8.405 de 9 de janeiro de 1992 e a 11.273 de 6 de fevereiro de 2006, que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa a participantes de programas de formação inicial e continuada de professores para a educação básica” (BRASIL, 2007c).

5 Em ambas as modalidades: presencial e a distância (BRASIL, 2009).



com o PIBID a partir do ano de 2009 com a publicação do Edital Pibid nº 02/2009. (BRASIL, 2009b).

Nesse contexto, os atuais *campi* de União da Vitória e de Paranavaí da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), ainda na condição de faculdades isoladas⁶, obtiveram aprovação de projetos institucionais do PIBID. Decorrem deles experiências diferenciadas no processo formativo, das quais também fizemos parte, atuando como bolsista do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí, subprojeto PIBID: História da África e da Cultura Afro-brasileira: conhecendo as nossas raízes⁷, no marco cronológico de 2011 a 2018.

Nesse sentido, objetivamos analisar aspectos da formação inicial do licenciando em história a partir do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID) e a adoção da metodologia de oficinas pedagógicas para o ensino de história e cultura afro-brasileira. Também temos como premissa desse estudo os aspectos legais previstos na Constituição Federal de 1988, os quais no inciso IV do artigo 3º enuncia que entre outros é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil: “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (BRASIL, 1988). No inciso I do artigo 5º estabelece-se que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]” (BRASIL, 1988). Num país onde a escravidão era praticada legalmente até as últimas décadas do século XIX, essa igualdade ainda precisa ser conquistada. Entendemos que a educação é o principal mecanismo para essa construção.

Os movimentos negros brasileiros “buscaram [...] estabelecer propostas e projetos que garantissem a igualdade de fato” (SILVA, 2010, p. 18) e foram à luta e reivindicaram os seus direitos. E, portanto, no dia 09 de janeiro de 2003, o poder executivo estabeleceu “nas diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira” (BRASIL, 2003). Consequentemente, passou a vigorar na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no parágrafo 4º, artigo 26, que “o ensino de História no Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas

6 A Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) é uma instituição de ensino superior pública mantida pelo Governo do Estado do Paraná. A Universidade paranaense foi fundada no dia 25 de outubro de 2001 e é caracterizada pelo formato multicampi. No ano de 2009, houve a aprovação de um projeto institucional do PIBID que promoveu a integração de todos os cursos de licenciatura da Universidade.

7 A temática do subprojeto PIBID do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí está alicerçada na Lei Federal nº 10.639/03 [...] “que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. (BRASIL, 2003)



e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia” (BRASIL,1996).

Quanto à metodologia, o professor Antônio Carlos Gil afirma que a pesquisa bibliográfica “é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” (GIL, 2002, p. 44). Logo, escrever sobre o processo de formação de professores a partir da cultura daqueles que foram escravizados, implica em olhar e compreender as especificidades e lutas dessas populações e entender o que E. P. Thompson designou como “encarar a sociedade [...] a partir de baixo” (THOMPSON, 1987, p.17), uma necessidade para a profissão professor. Na escolha dos documentos, consideramos o que escreve Le Goff (2003, p.525): “o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa [...]”.

A narrativa aborda elementos de experiências vividas a partir da inserção no PIBID. Conforme Thompson (1981, p.182), é pela experiência que homens e mulheres se tornam sujeitos, “pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades e interesses e como antagonismos e, em seguida, “tratam” essa experiência em sua consciência e sua cultura” com respostas específicas para determinadas situações e contextos. (STENTZLER, 2015, p.17) as quais contribuíram para a elaboração de novas práticas e de relatórios do subprojeto, oportunizando olhares particulares sobre a metodologia de ensino e aprendizagem.

Neste artigo, dialogamos, num primeiro momento com a existência do PIBID na formação de professores, a articulação desta à LDB 9394/96 e à Lei Nº 10.639/03 no contexto educacional. Em seguida, apresentamos a temática do subprojeto PIBID: “História da África e da Cultura Afro-brasileira: conhecendo as nossas raízes”, da UNESPAR – *Campus* de Paranaíba, a metodologia de oficinas pedagógicas e as respectivas atividades desenvolvidas pelos bolsistas do subprojeto entre 2015 e 2018.

A APLICABILIDADE DA LEI FEDERAL Nº 10.639/03 NO PIBID

O desenvolvimento e a implementação de ações e programas voltados à formação inicial e continuada de professores para a educação básica dependem de dois pontos: o primeiro é o alinhamento sistêmico entre as instâncias federativas: União, Distrito Federal, Estados, Municípios e o segundo é a articulação entre o MEC, as instituições de ensino superior e as escolas da educação básica. Para que haja o desenvolvimento e a execução de políticas públicas para a formação de professores



no âmbito nacional, faz-se necessário a dedicação e o empenho de cada instância envolvida no processo. Maria Isabel Montandon (2012) pondera que:

Os documentos oficiais sugerem que as ações decorrentes dessas políticas garantam a qualidade dos cursos presenciais e a distância, promovendo a articulação entre teoria e prática e entre conhecimentos científicos e didáticos, reconhecendo a escola como um espaço de formação. Além disso, incentivam a formação continuada e sua articulação com a inicial, a atualização teórico-metodológica e o estabelecimento de programas que reflitam a especificidade da formação docente. Indicam também que projetos propostos pelas instituições devem almejar a valorização da profissão docente por meio de ações que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira e a ampliação de docentes na educação básica (MONTANDON, 2012, p. 48).

A autora sistematiza o que veio a ser uma política de formação de professores, induzindo jovens a integrarem e a permanecerem no magistério, elevando assim a qualidade de ensino na educação básica. No final do ano de 2007, o governo federal lançou o PIBID e o Programa de Consolidação das Licenciaturas⁸ (PRODOCÊNCIA). Porém, neste artigo trataremos apenas do PIBID e das inovações advindas da metodologia formativa de oficinas pedagógicas em seu processo de planejamento, desenvolvimento e resultados. Entre as pesquisas já realizadas⁹ sobre o PIBID, destacamos a dissertação de Castilhos (2019), esclarecendo diferentes possibilidades de aperfeiçoamento para estudantes e professores do ensino superior e da educação básica. Segundo a autora, o PIBID “é um programa de formação inicial para os

8 De acordo com o Ministério da Educação, “o Programa de Consolidação das Licenciaturas (Prodocência) visa ampliar a qualidade das ações voltadas à formação de professores, com prioridade para a formação inicial desenvolvida nos cursos de licenciaturas das instituições federais e estaduais de educação superior”. O programa foi criado no ano de 2006 e objetivava o financiamento de projetos de caráter formativo e de aperfeiçoamento profissional dos futuros professores da educação básica.

9 A seguir, disponibilizamos três autores/obras que discutem o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID): a dissertação de Mestrado da professora Grasiela Pereira da Silva de Castilhos (2019), intitulada: “Pibid como instância socializadora: um estudo sobre a reestruturação de *habitus* das professoras supervisoras do curso de pedagogia”. O livro: “Experiências Multidisciplinares na iniciação à docência na Unespar (2017), organizado pela professora Doutora Márcia Marlene Stentzler e publicado no ano de 2017 pela Gráfica e Editora Kayganguê. Por último, mas não menos importante, o artigo da professora Doutora Sílvia Regina Canan, intitulado “PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores”, publicado no ano de 2012 na Revista Brasileira de Pesquisa Sobre Formação de Professores. Citamos ainda o site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para mais informações do programa: <http://www.capes.gov.br/educacao-basica/capespibid>.



alunos de licenciatura, mas para coordenadores e supervisores pode adquirir o caráter de formação continuada e pesquisa” (CASTILHOS, 2019, p. 19). De acordo com o plano de trabalho – Edital nº 61/2013 (2014) proposto pela Faculdade Estadual de Filosofia, Ciências e Letras União da Vitória (FAFIUV) à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o objetivo do projeto institucional do PIBID desenvolvido entre o ano de 2009 a 2018 era:

Promover a qualificação para a docência de estudantes de licenciatura, incentivando a inserção destes em escolas públicas de educação básica desde o início de sua formação acadêmica por meio de concessão de bolsas e de recursos de custeio, no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. (BRASIL, 2014, p. 1).

Visando a qualificação docente do licenciando em história da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí, o subprojeto PIBID propôs ao projeto institucional da FAFIUV uma temática que discutisse as injustiças sociais e as discriminações raciais na educação básica, visto que a Constituição Federal de 1988 assegura que todos são iguais perante a lei. Contudo, o princípio de igualdade elencado na Constituição Federal de 1988 não compete a todos os brasileiros. Logo, o documento que deveria promover a igualdade entre todos insere a população negra e os demais grupos excluídos da sociedade brasileira no temeroso quadro de injustiça e exclusão social. Conforme o Conselho Nacional de Educação (CNE), no Parecer nº 03, de 10 de março de 2004:

[...] A demanda por reparações visa a que o Estado e a sociedade tomem medidas para ressarcir, os descendentes de africanos negros, dos danos psicológicos, materiais, sociais, políticos e educacionais sofridos sob o regime escravista, bem como em virtude das políticas explícitas ou tácitas de branqueamento da população, de manutenção de privilégios exclusivos para grupos com poder de governar e de influir na formulação de políticas, no pós-abolição. Visa também que tais medidas se concretizem em iniciativas de combate ao racismo e a toda sorte de discriminações (BRASIL, 2004a, p. 6).

O Conselho Pleno do CNE, por intermédio do parecer nº 03 de 10 de março de 2004, aprovou no dia 17 de junho de 2004 o projeto de resolução nº 1, estabelecendo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. O documento apresenta três princípios norteadores: a consciência política e histórica da



diversidade, o fortalecimento de identidades e de direitos e as ações educativas de combate ao racismo e a discriminações. Na apresentação do documento, o Ministério da Educação (MEC) adverte que o governo federal, comprometido com as políticas afirmativas, “vem instituindo e implementando um conjunto de medidas e ações com o objetivo de corrigir injustiças, eliminar discriminações e promover a inclusão social”. (BRASIL, 2004b, p. 5).

Logo, o governo federal, no Parecer nº 03 de 10 de março de 2004, deixa claro que na República Federativa do Brasil existe racismo e reafirma na apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que o objetivo do governo federal é corrigir as injustiças e discriminações e promover a inclusão social. De acordo com Maria Luíza Tucci Carneiro (2003, p 7), “no Brasil há um racismo camuflado, disfarçado de democracia racial” e naturalizado na sociedade brasileira.

O art. 5º, inciso XLII, da Constituição Federal de 1988 prevê que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”. (BRASIL, 1988). Sendo assim, Silva (2010, p.15) pondera que o indivíduo que for “preso em flagrante delito praticando um dos tipos descritos na Lei nº. 7.716 de 05 de janeiro de 1989, deverá responder, em princípio, recluso, sem poder se valer do pagamento imediato da fiança para ser liberado”.

É fato que os movimentos negros brasileiros “buscaram nesses longos anos estabelecer propostas e projetos que garantissem a igualdade de fato” (SILVA, 2010, p. 18). Um dos resultados foi a publicação da Lei Federal nº 10.639 de 09 de janeiro de 2003, estabelecendo “as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, a qual deverá ser ministrada “nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares [...] no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras”. Ainda, no art. 79-B, especifica-se que “o calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003).

A Lei Federal nº 10.639/03 está sendo implementada nas instituições de ensino (IE) da educação básica do nosso país. Tal implementação está ocorrendo lentamente. O processo “moroso” se articula à falta de investimento do Estado na formação continuada de professores para atuar com a temática afro-brasileira, bem como no incentivo à carreira docente. Esse foi um dos elementos centrais na decisão do curso de licenciatura em história da UNESPAR, *Campus* de Paranavaí -- em desenvolver um subprojeto do PIBID alinhado à temática afro-brasileira, com ênfase na metodologia de oficinas pedagógicas.



OFICINAS PEDAGÓGICAS

No PIBID, os acadêmicos de licenciatura recebem bolsas de estudos para o incentivo e a permanência nas escolas, conhecer a realidade das comunidades e vivenciar as situações de ensino-aprendizagem. Esse movimento de aproximação da Universidade e as escolas de educação básica que objetiva promover a formação de professores fortalece os cursos de licenciatura e estabelece novos horizontes formativos.

Entre março de 2015 e março de 2018, os pibidianos¹⁰ do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí se organizaram e, sob a supervisão direta de professores da educação básica desenvolveram seis dessas oficinas no município de Paranavaí, a saber: Oficina da boneca Abayomi, Cartografia do Continente Africano, Culinária Africana e Afro-brasileira, Máscaras Africanas, Música, e Turbantes. As atividades foram desenvolvidas no Colégio Estadual de Paranavaí – E.F.M.N.P; Colégio Estadual Professor Bento Munhoz da Rocha Neto – E.F.M.P. e na Escola Estadual Curitiba – E.E.E.F, município de Paranavaí.

Segundo Denise Dalpiaz Antunes (2012, p. 37), “as oficinas pedagógicas, além de serem espaços propícios para a reflexão e aprendizagem sobre a prática pedagógica, constituem-se em uma estratégia de trabalho em grupo voltada para a busca de uma compreensão”. Paviani e Fontana (2009, p. 78), concordam com Denise Dalpiaz Antunes (2012) e ressaltam que a metodologia “atende, basicamente, duas finalidades: (a) articulação de conceitos, pressupostos e noções com ações concretas, vivenciadas pelo participante [...] e (b) vivência e execução de tarefas em equipe, isto é, apropriação ou construção coletiva de saberes”. Para Moita e Andrade (2006, p.11), esses momentos em que os saberes são compartilhados caracterizam-se por:

[...] situações de ensino e aprendizagem por natureza abertas e dinâmicas, o que se revela essencial no caso da escola pública – instituição que acolhe indivíduos oriundos dos meios populares, cuja cultura precisa ser valorizada para que se entabulem as necessárias articulações entre os saberes populares e os saberes científicos ensinados na escola (MOITA; ANDRADE, 2006, p. 11).

10 Pibidiano é o conceito atribuído ao aluno do curso de licenciatura e bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID).



Elas permitem aos bolsistas do PIBID estabelecerem relações entre o conhecimento prévio – aquele adquirido na vivência cotidiana - do aluno da educação básica e o conhecimento científico, problematizado pelo bolsista PIBID. Esta articulação possibilitará a aprendizagem do aluno e a interação deste com o assunto em debate, logo, a temática do subprojeto PIBID do curso de licenciatura em história da UNESPAR – *Campus* de Paranavaí, a cultura afro-brasileira e africana.

O turbante¹¹ tem se tornado um adereço de expressiva comercialização entre as mulheres como um acessório complementar, entretanto, o valor cultural às vezes se perde nesse processo comercial. No entanto, esse adereço é considerado pela população negra como um objeto de luta e resistência ao escravismo. As mulheres negras o usam como um acessório cultural que se articula ao empoderamento feminino e rememora a ancestralidade negra. Assim sendo, os pibidianos ao realizarem uma oficina pedagógica voltada para o uso do turbante no século XXI terão elementos históricos a serem problematizados acerca da representatividade dele para a população negra no Brasil, promovendo debates e reflexões em sala de aula, articulando o conhecimento prévio do aluno e o conhecimento científico dos bolsistas.

As oficinas pedagógicas permitem um alinhamento didático-pedagógico entre o educador e o educando no que diz respeito à construção do conhecimento. Diga-se de passagem, que essa estratégia metodológica possibilita ao estudante uma maior aproximação com o objeto de estudo devido à produção de ferramentas e materiais em função da oficina pedagógica. Anastasiou e Alves (2009, p.96) afirmam que:

A oficina se caracteriza como uma estratégia do fazer pedagógico onde o espaço de construção e reconstrução do conhecimento são as principais ênfases. É lugar de pensar, descobrir, reinventar, criar e recriar, favorecido pela forma horizontal na qual a relação humana se dá. Pode-se lançar mão de músicas, textos, observações diretas, vídeos, pesquisas de campo, experiências práticas, enfim vivenciar ideias, sentimentos, experiências, num movimento de reconstrução individual e coletiva (ANASTASIOU; ALVES, 2009, p. 96).

O uso da metodologia em sala de aula é indispensável, pois a estratégia do fazer pedagógico oportuniza a troca de experiências entre o educador e o educando, promove a construção do conhecimento a partir da participação do aluno e de seus questionamentos, formulados com base na sua vivência popular. Partem do conhecimento prévio do aluno, permitindo assim uma articulação pertinente entre o

11 Um adereço usado na cabeça pelas mulheres.



conhecimento inicial do estudante e o conhecimento científico/sistematizado do acadêmico/discente.

As oficinas pedagógicas são apenas uma parte das atividades do subprojeto desenvolvidas na prática docente. Uma ação didático-pedagógica como esta exige que o responsável faça uso de uma metodologia participativa que estimule o estudante a interagir com a atividade. Caracteriza-se por desenvolver um determinado conteúdo de forma mais rápida, com aspectos práticos. Sendo assim, o ministrante da oficina carece de um planejamento bem definido, com objetivos claros e um tempo determinado para execução da atividade. Assim, o aluno está no centro da atividade e sua aprendizagem é o principal resultado a ser alcançado.

O desenvolvimento das oficinas no projeto História da África e da Cultura Afro-brasileira: conhecendo as nossas raízes nas escolas públicas de educação básica, nível fundamental e médio oportunizou aos acadêmicos bolsistas e estudantes o aprofundamento de estratégias didático-metodológicas sobre a temática afro-brasileira e africana. Em sala de aula foram desenvolvidas atividades de caráter interativo e lúdico, com a participação dos alunos e a interação deles com a Lei Federal nº 10.639/03. De acordo com os coordenadores deste subprojeto:

[...] a formação teórica acadêmica dos bolsistas Pibid, somou-se o aprender sobre a História e sobre si mesmo, sobre a diversidade das experiências humanas nos diferentes tempos e lugares; sobre a cultura plural e o fazer da cultura, sobre o homem que de qualquer tempo nos é familiar (MORAES; SILVA, 2017, p. 171).

Tendo em vista a formação teórica dos bolsistas alinhada à contribuição dos professores supervisores no desenvolvimento das oficinas pedagógicas, compreendemos que as atividades foram satisfatoriamente desenvolvidas na educação básica. De acordo com Moraes e Silva:

[...] os alunos da Educação Básica puderam ampliar sua percepção sobre os fundamentos da diversidade Cultural multiétnica, bem como uma valorização da história e tradição afro-brasileira, conforme preconizado pelas leis 10.639/03 e 11.645/08. [...] Aspectos que levaram os alunos a tecer considerações acerca da própria identidade, voltando suas reflexões para uma nova forma de ver as cores da cultura brasileira, tendo apreendido a quantidade e qualidade da contribuição negra na nossa construção de identidade (MORAES; SILVA, 2017, p. 171).



Fica evidente que o uso das oficinas pedagógicas no ensino de história, em específico, no diálogo com a temática afro-brasileira foi fundamental para problematizar a sociedade atual e desenvolver o pensamento crítico do aluno. No mais, entendemos que a efetivação da Lei Federal nº 10.639/03 (BRASIL, 2003) ainda é um obstáculo a ser vencido, porém, alegamos com os resultados alcançados pelo subprojeto PIBID – História da África e da Cultura Afro-brasileira: conhecendo as nossas raízes no que diz respeito à aprendizagem dos alunos na educação básica. Como diria Kelson Kizz, a caminhada é longa, mas o resultado faz cada passo valer a pena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os acadêmicos do curso de licenciatura em história da Universidade Estadual do Paraná – *Campus* de Paranavaí que integraram o subprojeto PIBID História da África e da Cultura Afro-brasileira: conhecendo as nossas raízes, no marco cronológico de 2015 a 2018, atuaram para a conscientização e promoção da temática afro-brasileira nas escolas da rede estadual de ensino do município de Paranavaí - PR.

O PIBID foi uma ação do governo federal que oportunizou a inúmeros jovens dos cursos das licenciaturas a chance de permanecer na universidade e concluir um curso de licenciatura. Particularmente, neste projeto, as bolsas de estudo foram fundamentais para o estudo e disseminação da Lei Federal nº 10.639/03 junto aos alunos da educação básica. As oficinas tornaram o aprendizado mais significativo, envolveram alunos das escolas, estudantes da graduação e professores da Universidade e das Escolas Parceiras. Os projetos levaram vida às escolas, com cantos, danças africanas, religiosidade e as cores estampadas nas roupas e tecidos. Ações como essa permitem trabalharmos com a perspectiva de que a igualdade prevista na Constituição brasileira se torna possível com ações sócias educacionais, formando gerações.

As intervenções foram fundamentais para repensar aspectos do currículo de formação de professores no âmbito institucional. Nas escolas de educação básica, a temática passou a ser valorizada e trabalhada, promovendo a inclusão social e o respeito à diversidade no ambiente escolar. O ensino de história e cultura afro-brasileira na educação básica é de extrema importância no combate ao racismo institucional e na conscientização de classe, raça e gênero dos alunos. Essas práticas foram possíveis devido ao investimento federal por meio de bolsas de estudo para a formação de professores, resignificando o fazer pedagógico e o processo de formação inicial no âmbito dessa licenciatura.



REFERÊNCIAS

ANASTASIOU, L. G. C; ALVES, L. P. (Orgs.). *Processos de Ensino na Universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. 8. ed. Joinville, SC: Editora Univille, 2009.

ANTUNES, D. D. *Oficinas pedagógicas de trabalho cooperativo: uma proposta de motivação docente*. Porto Alegre, 2012, 169 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*. Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/DCN-s-Educacao-das-Relacoes-Etnico-Raciais.pdf>. Acesso em: 29 de set. de 2019.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil 1988*. Brasília, DF: Presidência da República. [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 out. 2019.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital MEC/CAPES/FNDE PIBID 2007, 12 de dezembro de 2007. Seleção pública de propostas de projetos de Iniciação à Docência voltados ao Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência – PIBID. In: *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 13 de dez. 2007d.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Edital Pibid nº 02/2009, 24 de setembro de 2009. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. In: *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 de set. 2009b.

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Plano de Trabalho – Edital nº 61/2013*. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência. Brasília, DF, 2014.

BRASIL. MEC. Lei nº 9394, de 20 de dezembro 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. In: *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 1996.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46577

BRASIL. Lei 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *In: Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 2001.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Trata da obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" no currículo oficial da rede de ensino. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 10 jan. 2003.

BRASIL. Lei nº 11.502, de 11 de julho de 2007. Modifica as competências e a estrutura organizacional da CAPES. *In: Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jul. 2007c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/lei/l11502.htm. Acesso em: 13 de set. de 2019.

BRASIL. MEC. *Decreto nº 6.094*. Plano de Metas e Compromisso Todos pela Educação. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 13 de set. de 2019.

BRASIL. MEC. *Decreto nº 6.755*. Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica. Brasília: Casa Civil da Presidência da República Federativa do Brasil/Subsecretaria para Assuntos Jurídicos, 2009a. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Decreto-6755-2009.pdf>. Acesso em: 13 de set. de 2019.

BRASIL. MEC. *Parecer nº 3*. Conselho Nacional de Educação. Conselho Nacional de Educação. Brasília, DF, 2004a.

BRASIL. MEC. *O Plano de Desenvolvimento da Educação, Razões, Princípios e Programas*. Brasília: MEC, 2007b.

CANAN, S. R. PIBID: promoção e valorização da formação docente no âmbito da Política Nacional de Formação de Professores. *Formação Docente*, Belo Horizonte, v. 04, n. 06, p. 24-43, 2012.

CARNEIRO, L.T. M. *O racismo na História do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Ática, 2003.

CASTILHOS, G. P. da S. de. *Pibid como instância socializadora: um estudo sobre a reestruturação de habitus das professoras supervisoras do curso de Pedagogia*.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46577

Curitiba, 2019. 97 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Estado do Paraná, Curitiba, 2019.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LE GOFF, J, *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et.al]. Campinas: Editora Unicamp, 1990. (Digitalizado).

_____. *História e memória*. Tradução Bernardo Leitão [et.al]. 5.ed. Campinas: Editora Unicamp, 2003.

MOITA, F. M. G. S. C; ANDRADE, F. C. B. O saber de mão em mão: a oficina pedagógica como dispositivo para a formação docente e a construção do conhecimento na escola pública. *In: Reunião Anual da Anped*. v. 29, p.16, 2006.

MONTANDON, M. I. Políticas públicas para a formação de professores no Brasil: os programas Pibid e Prodocência. *ABEM*, Londrina, v. 20, n. 28, p. 47-60, 2012.

MORAES, E. M. A. de; SILVA, R. T. C. O ensino de história, a Lei 10.639/03 e o PIBID: Perspectivas para a formação docente. *In: STENTZLER, M. M. (Org.). Experiências Multidisciplinares na iniciação à docência na Unespar*. 1. ed. Porto União: Kayganguê Ltda, 2017, p. 159-171.

PAVIANI, N. M. S; FONTANA, N. M. Oficinas pedagógicas: relato de uma experiência. *Conjectura: Filosofia e Educação*. v. 14, n. 2, 2009. p. 77-88.

SILVA, E. J. da. Lei nº 10.639/2003: perspectivas e possibilidades de aplicação na escola. *In: COSTA, L. G. C. (Org.). História e cultura afro-brasileira: subsídios para a prática da educação sobre relações étnico-raciais*. Maringá: Eduem, 2010. p. 13-38.

STENTZLER, M. M. *Entre questões lindeiras e a superação de fronteiras: a escola complementar em Porto União (SC) e União da Vitória (PR) 1928-1928*. 2015. 181 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.

STENTZLER, M.M. (Org). *Experiências multidisciplinares na iniciação à docência na Unespar*. Porto União: Kayganguê Ltda, 2017.



DOI: 10.12957/e-mosaicos.2019.46577

THOMPSON, E.P. *A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. (Biblioteca de Ciências Sociais).

THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da Lei Negra*. 2.ed. Tradução: Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em 10 de novembro de 2019

Aceito em 05 de dezembro de 2019



A e-Mosaicos Revista Multidisciplinar de Ensino, Pesquisa, Extensão e Cultura do Instituto de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (CAp-UERJ) está licenciada com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/).

Os direitos autorais de todos os trabalhos publicados na revista pertencem ao(s) seu(s) autor(es) e coautor(es), com o direito de primeira publicação cedido à e-Mosaicos.

Os artigos publicados são de acesso público, de uso gratuito, com atribuição de autoria obrigatória, para aplicações de finalidade educacional e não-comercial, de acordo com o modelo de licenciamento Creative Commons adotado pela revista.